



A VIOLÊNCIA FRUTO DA TENSÃO ENTRE AS FUNÇÕES SOCIAIS DA ESCOLA: POR UMA EDUCAÇÃO EM VALORES

Alexandre de Siqueira Campos Coelho¹

Quem busca entender, almeja compreender ou pretende explicar as relações humanas deve ter como ponto de partida a linguagem. A pesquisa em ciências sociais exige ordenar e precisar seu vocabulário uma vez que a linguagem “é a terminologia que fornece as pernas com as quais a ciência caminha” (SARTORI, 1981, p. 5). A ciência, enquanto realidade histórica, dispõe de conceitos elaborados “no interior da temporalidade, em condições bastante variadas e variáveis que não devem ser esquecidas, mas analisadas de perto, em cada momento histórico”. Explicar as interações humanas requer produção intelectual de teorias e, concomitantemente, “prática social indissociável das demais práticas humanas” (JAPIASSU, 1982, p. 34; 39)

A literatura sobre a violência escolar adota a concepção abrangente do termo violência. Ela insere “não só a ideia de sevícia, de utilização da força ou intimidação, mas também compreende as dimensões socioculturais e simbólicas do fenômeno em tela”². A violência na escola revela a interação de três conjuntos de variáveis independentes: “o institucional (escola e família), o social (sexo, cor, emprego, origem socioespacial, religião, escolaridade dos pais, *status* socioeconômico) e o comportamental (informação, sociabilidade, atitudes e opiniões)” (ABRAMOVAY, 2004, p. 33).

¹Mestre em Ciências da Religião – PUC/GO - Centro Universitário Euro-Americano –DF - Email:prof.alexandrecoelho@gmail.com . GT 7: Violência Na Escola E Educação Moral,

² “Entendemos por violência uma realização determinada das relações de forças, tanto em termo de classes sociais como em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considera-la sob os dois outros ângulos. Em primeiro lugar como conversão de uma diferença, de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Essa se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência” (CHAUÍ, 1985, p. 35 *apud* NEGRÃO; GUIMARÃES, 2004, p. 403).



Violência, para alguns autores, é a melhor palavra na tradução do termo de origem inglesa *Bullying*³. Seu sentido vai além de um ato de violência pontual. São atitudes hostis.

O termo *Bullying* compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outros, por professores ou mesmo pela Direção da escola, causando dor, angústia, humilhação, sofrimento, que podem comprometer a qualidade de vida de suas vítimas. Executadas dentro de uma relação desigual de poder, os atos repetidos, o medo, a culpabilidade e a exclusão são as características essenciais, que tornam possível a intimidação da vítima (FERNANDES, 2010).

Investigar a violência escolar obriga também explicitar o sentido do termo educação. “Para uns, importa mais a educação como instituição social; para outros, a educação como processo de escolarização”. *Educatio*⁴, termo de origem latina, significa “criação, tratamento, cuidados que se aplicam aos educandos visando adaptar seu comportamento a expectativas e exigências de um determinado meio social” (LIBÂNEO, 2010, p. 70; 72).

Educação, para Planchard (1975, p. 26), seria “conduzir de um estado para outro, agir de maneira sistemática sobre o ser humano, tendo em vista prepará-lo para a vida num determinado meio” (*apud* LIBÂNEO, 2010, p. 72), ou seja, “uma série de ações visando à adaptação do comportamento dos indivíduos e grupos a determinadas exigências do contexto social”.

A ação educadora seria a transmissão às crianças, aos jovens e adultos, de princípios, valores, costumes, ideias, normas sociais, regras de vida, às quais precisam ser adaptados, ajustados. Educam-se para que os indivíduos repitam os comportamentos sociais esperados pelos adultos, de

³ “O *bullying* envolve atos, palavras e comportamentos prejudiciais e intencionais repetidos e não se limita ao ambiente escolar. Os comportamentos incluídos no *bullying* são variados: palavras ofensivas, humilhações, difusão de boatos, fofocas, exposição ao ridículo, transformação em bode expiatório e acusações, isolamento [...] socos, agressões, chutes, ameaças, insultos, ostracismo, sexualidade, ofensas raciais, étnicas, ou de gêneros” (ZAWADSKI; MIDDELTON-MOZ, 2007, p. 21).

⁴ Na perspectiva etimológica do sentido da palavra educação, alguns autores recorrem aos termos latinos *educare* e *educere*. “*Educare* significa “alimentar, cuidar, criar, referindo tanto às plantas, aos animais, como às crianças. *Educere* significa tirar para fora de, conduzir para, modificar um estado”. No entanto, para Libâneo, o termo *educatio* sintetiza bem os dois (2010, p. 72).



modo que se formem à imagem e semelhança da sociedade em que vivem e crescem (LIBÂNEO, 2010, p. 72; 73).

Esta visão estrutural-funcionalista da educação reclama o processo de socialização⁵ porque este é profundamente cultural. A educação tem função adaptadora e “é vista como algo que se repete, que se reproduz, algo sempre idêntico e imutável [...] a educação seria sempre a mesma para uma sociedade que é sempre a mesma” (LIBÂNEO, 2010, p. 73). Além da concepção de “adaptação passiva a uma realidade cristalizada”, a educação exerce função de “prática ligada à produção e reprodução da vida social, condição para que os indivíduos se formem para a continuidade” (LIBÂNEO, 2010, p. 73). Tal atribuição é oriunda da sociedade moderna. Seu *status quo* era da família.

Outra categoria teórica importante é a definição de Educação Moral. Também conhecida como Educação em Valores, a Educação Moral⁶ visa à construção, à transmissão ou à adesão de valores relevantes a culturas e a momentos históricos que devem nortear as ações dos indivíduos hoje no que tange ao seu agir consigo mesmo e com os outros. O foco está nos valores morais e não técnicos ou utilitários ou estéticos da cultura. O alicerce está na interpretação e compreensão destes valores.

Pessoas orientadas possuem um antídoto contra ameaças existenciais de sua autocompreensão. Elas se vêem como pessoas de identidade inquestionável. Dispõem de padrões morais mediante os quais analisam suas ações no que se refere ao efeito produzido sobre a sociedade (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 7).

No âmbito escolar, o exercício da Educação Moral se revela por meio da normatização ou da emancipação do discente. Enquanto normatização, sinônimo de socialização, a educação “produz regimes de

⁵ De acordo com Giddens, “a socialização é o processo através do qual as crianças, ou outros novos membros da sociedade, aprendem o modo de vida da sociedade em que vivem. Este processo constitui o principal canal de transmissão da cultura através do tempo e das gerações (2004, p. 27).

⁶ Pode-se definir Educação Moral como “[...] aquela que almeja a formação de pessoas que pensam, atuam e se relacionam de acordo com os valores da justiça, da bondade, da solidariedade, do respeito, e tantos outros que nos tornam mais humanos, se não virtuosos e capazes de uma convivência harmônica com os demais” (ARISTÓTELES, 2000 *apud* D'AUREA-TARDELI; DE PAULA, 2001, p. 60).



representação do mundo que visam obter consenso em torno dos interesses sociais hegemônicos de uma da sociedade” (COSTA, 1986, p. 72), ou seja,

De uma perspectiva idealista, habitualmente hegemônica na análise pedagógica do ensino, geralmente se descreveu a escola e suas funções sociais, o processo de socialização das gerações jovens, como um processo de inculcação e doutrinação ideológico. Dentro desta interpretação idealista, a escola cumpre a função de impor a ideologia dominante na comunidade social mediante um processo mais ou menos aberto e explícito de transmissão de ideias e comunicação de mensagens, seleção e organização de conteúdos de aprendizagem. Dessa forma, os alunos/as, assimilando os conteúdos explícitos do currículo e interiorizando as mensagens dos processos de comunicação que se ativam na aula, vão configurando um corpo de ideias e representações subjetivas, conforme as exigências do *status quo*, a aceitação da ordem real como inevitável, natural e conveniente (SACRISTÁN, 1998, p. 17).

Todo discurso é histórico, possui um mito fundador, revela linguagem própria e adequada, e contém uma ideologia. É correto afirmar que a escola cria discursos. No entanto, exercendo sua função socializadora, ela não cria ideologia; aperfeiçoa e inculca a dominante (relações autoritárias, coercitivas e hierárquicas), a fim de alcançar comportamentos conformistas⁷. A transmissão de uma cultura aristocrática em seu conteúdo e espírito é o “que o sistema de ensino transmite e exige” (NOGUEIRA, 2010, p. 55). Já o paradigma da emancipação do aluno - na Educação em Valores - propõe uma educação onde os indivíduos desenvolvam a crítica, a transformação e a criatividade na esfera social em vista a comportamentos socializantes integrativos que convirjam não ao controle social, mas a uma cooperação social voluntária.

A função educativa ultrapassa, vai mais além da reprodução, pelo menos teoricamente. A mesma tensão dialética que aparece em qualquer

⁷ Sobre a socialização, “a escola transmite e consolida, algumas vezes de forma explícita e em outras implicitamente, uma ideologia cujos valores são o individualismo, a competitividade e a falta de solidariedade, a igualdade formal de oportunidades e a desigualdade ‘natural’ de resultados em função de capacidades e esforços individuais. Assume-se a ideia de que a escola é igual para todos e de que, portanto, cada um chega onde suas capacidades e seu trabalho pessoal lhes permitem. Impõem-se a ideologia aparentemente contraditória do individualismo e do conformismo social” (SACRISTÁN, 1998, p. 16).



formação social, entre tendências conservadoras que se propõem garantir a sobrevivência mediante a reprodução do *status quo* e das aquisições históricas já consolidadas (socialização) e as correntes renovadoras que impulsionam a mudança, o progresso e a transformação, como condição também de sobrevivência e enriquecimento da condição humana (humanização), acontece de forma específica e singular na escola (SACRISTÁN, 1998, p. 21).

Há ciência que a educação enquanto função adaptadora e reprodutora da sociedade objetiva continuidade da vida social. Contudo, ultrapassa tal intento “já que se apoia no conhecimento público (a ciência, a filosofia, a cultura, a arte...) para provocar o desenvolvimento do conhecimento privado de cada um dos seus alunos/as” (SACRISTÁN, 1998, p. 21-22). Destaca-se que a “educação abrange o conjunto das influências do meio natural e social que afetam o desenvolvimento do homem na sua relação ativa com o meio social” (LIBÂNEO, 2010, p. 87).

Ver-se-á que há quase uma unanimidade entre os autores de considerar a educação como um processo de desenvolvimento: o ser humano se desenvolve e se transforma continuamente, e a educação pode atuar na configuração da personalidade a partir de determinadas condições internas do indivíduo. Entretanto, as definições se diferenciam, pelo menos, em dois aspectos: 1) se esse processo depende de disposições internas ou da influência do ambiente circundante ou da ação recíproca entre ambos; 2) qual a finalidade ou ideal que se busca (LIBÂNEO, 2010, p. 74).

Nesta ótica, a escola exerce a função de reconstruir o conhecimento e a experiência, desvendando os preconceitos e interesses dos seus alunos no que tange à representação da realidade e nas tomadas de decisões, bem como oferecendo conhecimento público a eles para análise e questionamento, reconstrução e direcionamento crítico consciente de atitudes e de formas de conduta.

A escola deve transforma-se numa comunidade de vida e, a educação deve ser concebida como uma contínua reconstrução da experiência. Comunidade de vida democrática e reconstrução da experiência baseadas no diálogo, na comparação e no respeito real pelas diferenças individuais, sobre cuja aceitação pode se assentar um entendimento mútuo, o acordo e os projetos solidários. O que importa não é a uniformidade, mas o



discurso. O interesse comum realmente substantivo e relevante somente é descoberto ou é criado na batalha política democrática e permanece ao mesmo tempo tão contestado como compartilhado (BERNSTEIN *apud* SACRISTÁN, 1998, p. 25).

A participação do aluno na reconstrução do seu conhecimento e da sua experiência o proporciona “comparar diferentes propostas e modos de pensar e fazer, de descentrar e ampliar sua limitada esfera de experiência e conhecimento e, enriquecido pela comparação e pela reflexão, chegar a opções que sabe provisórias” (SACRISTÁN, 1998, p. 26). Ou seja, “se a realidade é uma construção do homem e não algo acabado ao que ele se deva adaptar para sobreviver, à educação cabe preparar o homem para construir a sua realidade” (BROTHERHOOD, 2014, p. 135). Ser emancipadora deve ser seu alvo. Portanto, a educação tem um papel de destaque na integração e continuidade dos sistemas sociais, para as quais o processo de socialização e comunicação simbólica são imprescindíveis. Entretanto, a aprendizagem e a formação dos alunos têm sido prejudicadas pelo fato de não se levar em conta a constante mutação dos padrões de comportamento, normas, valores, crenças, atitudes e sentimentos coletivos dos seus atores. “A escola é um cenário permanente de conflitos” (SACRISTÁN, 1998, p. 19) que revela “histórias vividas e recolhidas pelos diversos atores em suas memórias e nas relações sociais que estabelecem ao longo de suas vidas” (ABRAMOVAY, 2004, p. 321) que se materializam em violência.

A escola, enquanto reprodutora cultural e conservadora social, tem se revelado intolerante quanto a hermenêutica dos valores. As diversas formas de violência têm assolado espaços privados e públicos e limitado a inserção no mundo cultural e político do discente.

A escola é uma trama de relações sociais materiais que organizam a experiência cotidiana e pessoal do aluno/a com a mesma força ou mais que as relações de produção podem organizar as do operário na oficina ou as do pequeno produtor no mercado. Por que então continuar olhando o espaço escolar como se nele não houvesse outra coisa em que se fixar além das ideias que se transmitem? (SACRISTÁN, 1998, p. 17).

A Educação em Valores propõe transformar a vida escolar “de modo que se possam vivenciar práticas sociais e intercâmbios acadêmicos,



que induzam à solidariedade, à colaboração, à experimentação compartilhada” facilitando e estimulando a participação ativa e crítica do alunado para que também favoreça outros tipos “de relações como o conhecimento e a cultura que estimulem a busca, a comparação, a crítica, a iniciativa e a criação” (SACRISTÁN, 1998, p. 26).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G. *Violência nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2004.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. Tradução de Edgar Orth. Petrópolis: Vozes, 2004.

BROTHERHOOD, R. de M. *Psicologia da Educação*. Maringá: UniCesumar, 2014.

JAPIASSU, H. *Nascimento e morte das ciências modernas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para que?* São Paulo: Cortez, 2010.

NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. (orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. São Paulo: Artmed, 1998.

SARTORI, G. *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Brasília: UnB, 1981.